NÃO ESTE. O INTUITO É PREQUESTIONAR A MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento aos embargos, nos termos do voto do Des Relator.

034. APELAÇÃO 0497422-14.2014.8.19.0001 Assunto: Complementação de Aposentadoria / Previdência privada / Espécies de Contratos / Obrigações / DIREITO CIVIL Origem: CAPITAL 47 VARA CIVEL Ação: 0497422-14.2014.8.19.0001 Protocolo: 3204/2018.00661013 - APELANTE: TEREZA CHALUS DARELA ADVOGADO: EMANUELLE SILVEIRA DOS SANTOS BOSCARDIN OAB/RJ-189680 APELADO: FUNDAÇÃO PETROBRÁS DE SEGURIDADE SOCIAL PETROS ADVOGADO: JORGE HENRIQUE MONTEIRO DE ALMEIDA FILHO OAB/RJ-104348 APELADO: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS ADVOGADO: ANDRE LUIZ TEIXEIRA PERDIZ PINHEIRO OAB/SP-183805 ADVOGADO: FERNANDA SILVEIRA DOS SANTOS OAB/RJ-173475 **Relator: DES. MARCIA FERREIRA ALVARENGA** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTEÇÃO DE APOSENTADORIA. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À PARIDADE SALARIAL ENTRE ATIVOS E INATIVOS. PLEITO DE EXTENSÃO DA REMUNERAÇÃO CONCEDIDO AOS EMPREGADOS DA PETROBRÁS. VERBA QUE LEVA EM CONSIDERAÇÃO O NÍVEL SALARIAL, O REGIME DE TRABALHO E O AGRUPAMENTO DE CIDADES ONDE A PETROBRÁS ATUA, NÃO SENDO PAGA DE FORMA GENÉRICA A TODOS OS EMPREGADOS. NÃO CONFIGURAÇÃO DE REAJUSTE SALARIAL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO À PARIDADE E ISONOMIA. OBSERVÂNCIA DO DISPOSTO NOS PLANOS DE CUSTEIO. ARTIGO 202 DA CRFB. ARTIGO 3º, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 108/2001. ARTIGO 41 DO REGULAMENTO DO PLANO DE BENEFÍCIOS DA PETROS QUE NÃO GARANTE DIREITO À PARIDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NO STJ ATRAVÉS DO RESP 1425326/RS (RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA). PRECEDENTES DESTA CORTE ESTADUAL. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento ao recurso, nos termos do voto do des Relator.

035. APELAÇÃO / REEXAME NECESSARIO 0431529-13.2013.8.19.0001 Assunto: Isonomia Salarial - Servidor Público Civil / Isonomia/Equivalência Salarial / Sistema Remuneratório e Benefícios / Servidor Público Civil / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CAPITAL 13 VARA FAZ PUBLICA Ação: 0431529-13.2013.8.19.0001 Protocolo: 3204/2015.00338631 - APTÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: MARIANA LOJA TAPIAS APDO: GRAZIELA LIMA DE LUCAS ADVOGADO: CARLA VÉRAS MONTEIRO BRAME OAB/RJ-100201 ADVOGADO: ANA CAROLINA VIEIRA DE AZEVEDO OAB/RJ-088928 **Relator: DES. MARCIA FERREIRA ALVARENGA** Ementa: JUÍZO DE RETRATAÇÃO NA APELAÇÃO CÍVEL. ARTIGO 1.030, II, DO CPC/15. DIREITO CONSTITUCIONAL. REAJUSTE DE 24% AOS SERVENTUÁRIOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. MATÉRIA PACIFICADA NESTA CORTE ATRAVÉS DO VERBETE SUMULAR Nº 300. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, ATRAVÉS DE ACÓRDÃO PUBLICADO EM 11/10/2016, DECIDIU QUE NÃO É DEVIDA A EXTENSÃO, POR VIA JUDICIAL, DO REAJUSTE CONCEDIDO PELA LEI FLUMINENSE 1.206/1987 AOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. A DECISÃO, QUE DISPENSA A DEVOLUÇÃO DAS VERBAS RECEBIDAS ATÉ 1º DE SETEMBRO DESTA ANO, FOI TOMADA PELO PLENÁRIO VIRTUAL DA CORTE NA ANÁLISE DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO (ARE) 909437, QUE TEVE REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA E O MÉRITO JULGADO COM REAFIRMAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL. O RELATOR DO PROCESSO, MINISTRO LUÍS ROBERTO BARROSO, DESTACOU ENTENDIMENTO DO TRIBUNAL NO SENTIDO DE QUE NÃO CABE AO PODER JUDICIÁRIO, QUE NÃO TEM FUNÇÃO LEGISLATIVA, AUMENTAR VENCIMENTOS DE SERVIDORES PÚBLICOS COM FUNDAMENTO NA ISONOMIA, CONFORME ESTABELECE A SÚMULA VINCULANTE 37. DECISÃO DA SUPREMA CORTE QUE NÃO FOI NO SENTIDO DE EXTIRPAR O PERCENTUAL DE 24% DA REMUNERAÇÃO DOS SERVENTUÁRIOS, MAS SIM DE IMPEDIR O PAGAMENTO DE ATRASADOS AOS QUE NÃO FORAM PARTE NA AÇÃO ORIGINÁRIA. IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS. REFORMA DO ACÓRDÃO EM SEDE DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO. Conclusões: Por unanimidade, reformou-se o acórdão de fls. 432/436, e consequentemente a decisão monocrática de fls. 403/408, para julgar improcedentes os pedidos autorais, nos termos do voto do Des Relator.

036. REMESSA NECESSARIA 0002983-80.2013.8.19.0011 Assunto: Exame Social / Concurso Público / Edital / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: CABO FRIO 2 VARA CIVEL Ação: 0002983-80.2013.8.19.0011 Protocolo: 3204/2018.00648456 - AUTOR: CRISTIAN GUIMARÃES DA COSTA BARBOZA ADVOGADO: LORETA NEVES MELO OAB/RJ-156997 REU: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: SERGIO LUIZ BARBOSA NEVES **Relator: DES. MARCIA FERREIRA ALVARENGA** Funciona: Ministério Público Ementa: REMESSA NECESSÁRIA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONCURSO PÚBLICO. PMERJ. REPROVAÇÃO EM EXAME ANTROPOMÉTRICO. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO DE QUE O AUTOR POSSUI A ALTURA MÍNIMA EXIGIDA NO EDITAL. ANULAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO DE EXCLUSÃO DO CANDIDATO. DETERMINAÇÃO DE PROSSEGUIMENTO NAS DEMAIS FASES DO CERTAME. SENTENÇA MANTIDA EM SEDE DE REMESSA NECESSÁRIA. Conclusões: Por unanimidade, manteve-se a sentença em remessa necessária, nos termos do voto do Des Relator.

037. APELACAO / REMESSA NECESSARIA 0004568-22.2017.8.19.0014 Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica / Processo e Procedimento / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAMPOS DOS GOYTACAZES VARA INF JUV E IDOSO Ação: 0004568-22.2017.8.19.0014 Protocolo: 3204/2018.00633314 - APTÉ: SIGILOSO ADVOGADO: DEFENSOR PÚBLICO OAB/TJ-000002 APDO: SIGILOSO ADVOGADO: ADAHIR CRISTINA MOLL QUITETE DE MORAES OAB/RJ-091539 **Relator: DES. MARCIA FERREIRA ALVARENGA** Funciona: Defensoria Pública Ementa: EM SEGREDO DE JUSTIÇA Conclusões: EM SEGREDO DE JUSTIÇA

038. APELACAO / REMESSA NECESSARIA 0004748-32.2014.8.19.0050 Assunto: creches e escolas / Garantias Constitucionais / DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Origem: SANTO ANTONIO DE PADUA 2 VARA Ação: 0004748-32.2014.8.19.0050 Protocolo: 3204/2018.00420736 - APTÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: JOÃO MORAES NETO APDO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Relator: DES. MARCIA FERREIRA ALVARENGA** Funciona: Ministério Público Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INOCORRÊNCIA DAS HIPÓTESES LEGAIS AUTORIZADORAS DO RECURSO. NÃO HÁ OMISSÃO, OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU ERRO MATERIAL NO ACÓRDÃO EMBARGADO. A REFORMA DO DECISUM DEVE SER BUSCADA POR MEIO DE OUTRO RECURSO QUE NÃO ESTE. O INTUITO É PREQUESTIONAR A MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. Conclusões: Por unanimidade, negou-se provimento aos embargos, nos termos do voto do Des Relator. Presente pelo MP, o Procurador de Justiça, Dr Paulo Roberto Valim Gomes.

039. APELACAO / REMESSA NECESSARIA 0031800-48.2013.8.19.0014 Assunto: Antecipação de Tutela / Tutela Específica / Processo e Procedimento / DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO Origem: CAMPOS DOS GOYTACAZES 2 VARA CIVEL Ação: 0031800-48.2013.8.19.0014 Protocolo: 3204/2018.00641739 - APTÉ: ESTADO DO RIO DE JANEIRO PROC. EST.: FABIANA PEIXOTO SICCARDI APDO: MARCELO BARRETO CRISPIM ADVOGADO: HEBERT DA SILVA PY OAB/RJ-122946 **Relator: DES. MARCIA FERREIRA ALVARENGA** Ementa: APELAÇÃO CÍVEL / REMESSA NECESSÁRIA. DIREITO ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO. CÔMPUTO DO PERÍODO COMO ALUNO APRENDIZ. INCORPORAÇÃO DE TRIÊNIO AOS VENCIMENTOS DO AUTOR. CASSAÇÃO DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO NO PROCESSO